

**LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: POR UMA
REINTERPRETAÇÃO DO DILEMA NACIONAL**

Gabriel Estides Delgado¹ (UnB)

RESUMO: Ainda que não se reconheça a identidade nacional sem a formatação que o grande ensaísmo de 1930 conferiu ao país, é hora de atualizar as fontes eminentemente “culturalistas” de tal avaliação. A premência da matéria se dá pelo avançar da modernidade precária instalada, que sem dúvidas impõe configurações sociais e culturais mais complexas, das quais as velhas imagens dos “intérpretes do Brasil” não podem seguir dando conta. Entendemos que além da modernização brasileira extrapolar as tentativas de explicação arquetípica, insistir nesse enfoque é ignorar a profissionalização da pesquisa universitária no país, bem como da sociologia que deriva com rigor de Florestan Fernandes. É imprescindível agregar tal experiência sociológica “dura” como contraparte aos voos livres da tradição ensaística consagrada. É o paralelo com tal sociologia da modernidade brasileira que queremos traçar ao ler a literatura produzida no Brasil e, de modo mais detido, a literatura brasileira contemporânea, num recorte que recua aos anos 1990. Não seria com imagens dúplices ou tríplexes que poderíamos ler uma literatura que deve seus melhores momentos justamente à elaboração da complexidade social que a origina. “Chaves-interpretativas” não dão conta, a nosso ver, nem da forma de romances tão distintos como, por exemplo, *Jóias de família*, de Zulmira Ribeiro Tavares (1990) e *Cidade de Deus*, de Paulo Lins (1997), nem muito menos do problema de autoria, tão marcado no caso de *Cidade de Deus*, mas que, a sua maneira, deve propriamente definir também o modelo de literatura encampado por Tavares. É até nas limitações poéticas e narrativas dos dois romances, para além do feito estético reconhecido em ambos os casos, que a matéria brasileira vai sugestioná-los amplamente, deixando a marca provisória de uma evolução social cujo dinamismo e eficácia atualizada no campo da dominação a igualmente moderna sociologia brasileira soube captar. Palavras-chave: Florestan Fernandes. Zulmira Ribeiro Tavares. Jessé Souza. Paulo Lins.

“Literatura e Ciências Sociais: exercício de diálogos e contrastes”, o título deste simpósio encampado pelo XV Encontro da ABRALIC encerra a relação ao mesmo tempo mais profícua e subestimada que os estudos literários souberam travar. É desnecessário o resgate da proficuidade do entrelaçamento, já suficientemente presente na influência de nomes como Pierre Bourdieu e, no Brasil, Antonio Candido e Sergio Miceli. No entanto, ao contrário da relação já estabelecida com a filosofia e a

¹ O trabalho foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, por meio do edital 01/2016.

psicanálise, as ciências sociais, pelo necessário *rebaixamento* do texto literário que tendem a provocar, são solenemente esquecidas por críticos e teóricos da literatura que relutam em ver seus objetos “inclassificáveis” – e um certo tipo de filosofia permite tal suspensão de juízo, bem como a ela é favorável a atemporalidade arquetípica de método da psicanálise – sob injunções sociológicas (“sociologizantes”).

Sabemos que mesmo a possibilidade de estabelecimento de uma agenda própria à crítica literária, com a análise alcançando de fato níveis insuspeitos de leitura, mesmo tal autonomia enaltecida e criativa deve-se à crescente divisão do trabalho intelectual e à especialização que pôde originar um campo com critérios próprios e potente autorreferencialidade. No entanto, seguindo a mesma linha, os estudos sociais igualmente profissionalizaram-se, desvinculando-se no Brasil, por exemplo, daquilo que deviam à velha e não mais possível formação “mista”² (Cf. FARINACCIO, 2004, p. 93) dos “grandes humanistas”. A amplitude e o entusiasmo inspirado da visada, que a tudo e todos abarcava, legando às novas gerações obras como *Os sertões* (1902)³, foram substituídos paulatinamente pela contenção acadêmica, fruto não só do rigor científico, como também da insegurança característica a pesquisas e intelectos cada vez mais especializados. Esse primeiro momento das ciências sociais que avança com notoriedade até o grande ensaísmo de 1930 era tributário tanto de uma ambição/preensão sustentada com naturalidade não mais possível quanto – face da mesma moeda – do ínfimo círculo de “intérpretes” (na expressão de Silviano Santiago, título daquela que é ainda a mais importante coleção do gênero no país⁴) que acediam a esse restrito “lugar do discurso”.

Ora, tratava-se, obviamente, de um país de maioria rural. A mudança, que se estabelecerá nos anos 1960 – com a maior parte da população tornada urbana – dá-se de igual maneira na fixação institucional da pesquisa universitária no nosso, a partir de então, maior centro metropolitano (Cf. FARINACCIO, 2004, p. 93-99). Aluno brilhante de Roger Bastide, coube a Florestan Fernandes, como se sabe, a absorção múltipla das modernas teorias sociais disponíveis à época. Ele próprio fruto das novas possibilidades acadêmicas, encerra paradigmaticamente os parâmetros transformados da nova crítica social que se impunha. A complexidade crescente dos grupos urbanos, classes e frações de classes em processo de diferenciação – fenômeno que de tão premente obriga tomar

² A expressão deriva de Antonio Candido (“destinos mistos”).

³ Malgrado, nesse caso, o vezo positivista de Euclides da Cunha.

⁴ *Intérpretes do Brasil* (3 volumes [Cf. SANTIAGO, 2000]).

São Paulo como objeto privilegiado de observação –, suplanta amplamente as antigas alegorias de explicação que travejavam, por exemplo, o clássico de Sérgio Buarque de Holanda. É, no entanto, preciso fazer justiça ao autor de *Raízes do Brasil* (1936). Como lembrou Dante Moreira Leite (1992 [1968], p. 290), Buarque de Holanda não pretendia que aquele que se tornou o mais famoso achado de seu ensaio – o traço psicossocial da cordialidade – pudesse resistir à urbanização brasileira. Tal análise pode ser igualmente dirigida a Gilberto Freyre, caso guardemos as proporções. É o que aponta Jessé Souza em seu *A modernização seletiva* (2000), em que, apesar de negar a possibilidade de um “corte epistemológico” na obra freyreana, dado a permanência do mesmo holismo desembaraçado como método, não deixa de apontar o enrijecimento gradativo de suas análises que desbanca a abertura das obras juvenis (*Casa-Grande e Senzala* – 1933, e *Sobrados e Mucambos* – 1936) por uma sorte de “tropicologia” normativa do último Freyre, enredado em “uma compilação de certezas e sugestões de intervenção prática e política” (SOUZA, 2000, p. 210)⁵.

A trajetória do progressivo conservadorismo de Freyre, que Carlos Guilherme Mota (2014 [1975], p. 93-113) recupera, e que num dos lances mais grotescos o levaria a ser “ministeriável” de Castelo Branco, impede, segundo Jessé Souza, a leitura que sua obra-prima *Sobrados e Mucambos* nunca deixou de merecer. É que nesse ensaio, Freyre historiciza a institucionalização da modernidade ocidental no Brasil da primeira metade do século XIX, isto é, seu processo de “europeização” que data da chegada da família real ao Rio de Janeiro (SOUZA, 2000, p. 209). A centralidade desse clássico é esquecida, por exemplo, por Florestan Fernandes, que “pula” tal etapa de modernização na história do país, passando diretamente em seu *A revolução burguesa no Brasil* (1975) ao marco da constituição do Estado nacional como catálise da diferenciação de tipo moderno que viria a se instalar (Cf. SOUZA, 2003, p. 130-136).

Contemporizações, ainda que necessárias, à parte, é preciso voltar ao problema da autonomização que os campos literário e científico vieram a desenvolver. Em prefácio de 1977 ao *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, de Carlos Guilherme

⁵ “Faz muita diferença se estamos falando de potencialidades inscritas em uma sociedade dos séculos XVI e XVII, como o Brasil de *Casa-grande e senzala*, ou de supostas características de uma nação em plena segunda metade do século XX, como no caso dos textos que tratam da luso-tropicologia. Esse dado temporal fundamental nem sempre é levado em consideração por comentadores que teimam em perceber o quadro histórico desenvolvido por Freyre para o Brasil colônia pelas lentes de categorias e noções surgidas séculos mais tarde. A refração operada por esse tipo de interpretação é a melhor maneira de deixar-se de perceber algumas intuições de um pensador de talento e saber empírico excepcional” (SOUZA, 2000, p. 212).

Mota, Alfredo Bosi lembra-nos que tal diferenciação dava-se primeiramente no campo da linguagem⁶.

Quando a pesquisa universitária logra profissionalizar-se nos anos 1960, após o marco importante de 1934 – data de fundação da Universidade de São Paulo –, e o ensaísmo autodidata é substituído pelo estilo “difícil” e “pesado” de um Florestan (PONTES, 1998 *apud* FARINACCIO, 2004, p. 95 e p. 141), Antonio Candido (1976 [1965] *apud* FARINACCIO, 2004, p. 95) observa o processo simultâneo de “reação das letras”, que desvencilham-se das visadas histórico-sociais em prol de uma estética “pura”.

São inegáveis os ganhos do tão salutar e produtivo distanciamento. Era, no campo científico, o desenvolvimento de uma tradição de todo oposta ao estudo dos atavismos culturais propostos por Freyre e Buarque, cada qual a seu modo⁷, mas que daria no verdadeiro vexame de imprecisão conceitual e verborragia ilustrado pelo weberianismo eclético de Raymundo Faoro em *Os donos do poder* (1958/1973)⁸. Como sugeria Dante Moreira Leite em seu *O caráter nacional brasileiro* (1968) – primeiro

⁶ “Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, aproximáveis pela sua leitura do Brasil, leitura rica e fascinante, servida embora por uma psicologia social antiquada, amante de tipologias humorais e contrastes retóricos, tudo embalado complacentemente por uma prosa literária, mais solta no primeiro, mais travada ao gosto antigo no segundo, ambas sinuosamente esquivas à dialética das classes cujos ângulos mais agudos elas encurvam sob a mole de notações eruditas e documentos pitorescos. É o ensaísmo histórico das causas étnicas, das concausas geográficas e das subcausas psicológicas, descontraído então pela experiência norte-americana em Gilberto Freyre e pela prática modernista em Buarque de Holanda. Daí o caráter singularmente misto de ambas, oscilantes entre o arcaico e o contemporâneo” (BOSI, 2014 [1977], p. 36).

⁷ A diferenciação entre as obras é necessária. Apesar do fato fundamental de delinearem continuidade no que tange à importância que atribuem ao iberismo na formação nacional, operam com sinal trocado: enquanto o que mais faz pensar na obra de Freyre é sua propaganda da “comunhão” mestiça e consequente apagamento das diferenças, para Sérgio Buarque o personalismo pré-moderno que compõe a base da explicação freyreana é negativo e deve ser superado (Cf. SOUZA, 2015, p. 45). É tal cunho crítico que ainda hoje sustenta a ascendência de Sérgio Buarque sobre círculos progressistas e o torna uma verdadeira “vaca sagrada” na academia brasileira, como nomeia Jessé (SOUZA, 2015, p. 39). É que tais círculos muitas vezes esquecem-se do quão distante da realidade tal teoria das raízes ibéricas se situava e, claro, ainda se situa. Mas isso não é o pior: afinal, constituiu-se como verdadeiro abre-alas da barbárie doutrinária liberal e neoliberal que segue rejeitando os refugos “atrasados” do país.

⁸ Esse aclamado clássico de Faoro é revisto e criticado contundentemente por Jessé Souza em estudo recém-lançado (2015, p. 9-102). Mas, bem antes, por ocasião da sua segunda edição, Nelson Werneck Sodré (1975) já denunciava o embuste conservador que se impunha e, segundo Jessé, tão bem deve servir ao ideário liberal, então (e ainda hoje) em franco engajamento político e econômico no país a que se dispunha livrar do atraso de suas sempiternas raízes ibéricas... Com precisão cirúrgica, a ironia de Werneck Sodré antecipa que aquela reedição de luxo de *Os donos do poder* valeria uma cadeira na ABL ao seu autor, entre outras distinções. Do livro reeditado, surge um Leviatã cuja “estrutura de seiscentos anos” (FAORO 2001 [1973/1958], p. 832) está traduzida, em grandiloquente e monomaniaca fixidez, numa “camada de poder” autônoma – o estamento patrimonial, o funcionalismo, “uma categoria social, fechada sobre si mesma, (...) grupo encastelado” que age em interesse próprio “numa febre sem correspondência com a atividade econômica” (FAORO, 2001 [1973/1958], p. 447-448). Diante da hipóstase flagrante desta tese, de insuportável repetição, é a incredulidade que acompanha a leitura do prefácio de 1973, em que o autor almeja situar seu método “num contexto dialético” para melhor “abarcar (...) a complexa, ampla e contraditória realidade histórica” (FAORO, 2001 [1973/1958], p. 14).

grande estudo a revisar as teorias de identidade do Brasil – foi Caio Prado Júnior em *A formação do Brasil Contemporâneo* – de 1942, mas gestado ainda nos anos 1930⁹ (Cf. MOTA, 2014 [1975], p. 73) –, atido à, até então, recente influência marxista, quem atingiu à época novo patamar analítico, com seu sentido histórico forte, representando a “superação do pensamento ideológico” corrente (LEITE, 1992 [1968], p. 315).

Crítico do economicismo a que essa tradição – que marcará a chamada escola paulista de sociologia – por vezes recai, Jessé Souza não deixa de reconhecer o avanço que significou em relação à escola de interpretação patrimonialista que, apesar de não descurar da dimensão simbólica da dominação social, foi e é responsável por uma recepção, segundo Jessé, equivocada das categorias weberianas no Brasil, posto que ao fixar traços regressivos no perfil simbólico nacional, ignora a profunda historicidade do aparato conceitual weberiano, instrumentalizando noções como a de “patrimonialismo” que dependem de conjunturas específicas¹⁰ e pouco têm a ver com o Brasil a não ser na *função* de conferir prestígio científico a concepções ideológicas liberais (Cf. SOUZA, 2015, p. 39-67). Em relação a pouca credibilidade dessa lógica, contrapõe-se o pioneirismo de Caio Prado Jr. que, mais tarde, possibilitaria a obra de um Celso Furtado e, já nos anos 1970, o ponto ótimo da dialética nativa no famoso ensaio de Francisco de Oliveira – *Crítica à razão dualista* (1972)¹¹.

Se perdemos a notável estilística do jovem Freyre bem como os ganhos que as relações com o modernismo renderam à elaboração de um Sérgio Buarque (SCHWARZ, 1999 *apud* FARINACCIO, p. 99), superamos igualmente a era da mistificação e a pesquisa social rigorosa de Florestan prova esse ponto à exaustão. Mesmo aquilo que em Florestan está ultrapassado não guardava o sentido de generalização atemporal/a-histórico que uma leitura crítica do par Freyre/Buarque indicará. É tal desprezo por “invariáveis”, ou melhor, o sentido forte de evolução

⁹ É também dessa época seu igualmente decisivo *Evolução política do Brasil* (1933). Como sintetiza Carlos Guilherme Mota: “A preocupação [de Caio Prado Jr.] em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e (...) econômico, colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: (...) *as classes sociais emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira*” (MOTA, 2014 [1975], p. 70, grifo no original).

¹⁰ O exemplo ao qual o conceito de “patrimonialismo estamental” mais se aproxima é o da China imperial e seu mandarinato, de todo estranho ao caso brasileiro (SOUZA, 2015, p. 62-64).

¹¹ O estudo de Oliveira é um marco por constituir-se como superação possível da leitura cepalina anterior que, com seu foco no “contínuo afastamento” do “setor subdesenvolvido” face à expansão capitalista latino-americana, não percebia o quanto tal atraso era, na verdade, intrínseco ao dinamismo e “avanço” que o “setor capitalista” apresentava na cúpula da pirâmide social brasileira (Cf. SINGER, 2012, p. 18-19).

histórica dialética, que norteia os caminhos da pesquisa sobre o negro no novo contexto de classes levada a cabo por Florestan e uma equipe de nomes como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso nos anos 1950 e 1960. O fruto principal dessa investida é *A integração do negro na sociedade de classes* (2008a [1964]; 2008b [1964]). Nela, encontra-se a, ainda hoje, melhor desconstrução do mito da democracia racial (Cf., p. ex., FERNANDES, 2008a, p. 304-327), conseguida graças à perscrutação do novo código legal e valorativo de dominação que a ordem competitiva impõe aos espoliados brasileiros de todo tempo. Não seria, com efeito, a partir de uma análise fixa no período escravagista que se atingiria o “diagnóstico” da situação moderna. Em outras palavras, não é pela eternização da hierarquia passada que o presente deve ser visto, numa espécie de maquiagem modernizadora do mesmo. A nova ordem jurídico-legal é *efetiva* e a aproximação analítica a essa realidade não pode ignorar o quão complexo e a todo momento atualizado é o trabalho de dominação.

Ora, justamente nesse ponto, a literatura, como momento epistemológico privilegiado, é responsável por informar e robustecer a *imagem* por demais abstrata que se pode ter dos grupos sociais. Tal importância aumenta na proporção em que o campo artístico (e o literário, sobretudo, pela potencialidade elaborativa de que goza) se autonomiza frente aos outros saberes. E isso se dá de modo preciso na complexidade que a prosa literária pode atingir ao “captar” tanto o imaginário quanto os sentidos de organização desse imaginário que estão disponíveis para o artista (inclusive no registro científico da pesquisa sociológica, em que muitos escritores “colhem” material). A metabolização artística dos materiais históricos que, sabemos, é onívora, nos melhores momentos *contesta* as representações do registro científico, incapaz de escapar à fixidez do dado bruto (e abstrato). É a essa fixidez que a arte deve dialetizar, amplificando as consequências do entendimento científico. De outro lado, seria por demais empobrecedor prescindir da lucidez científica como ferramenta esclarecedora da opacidade própria às construções literárias. É que a concretude temática e formal da narrativa (concretude de leitura mais ou menos opaca), se vista de modo isolado, necessariamente implicará também uma abstração (ainda que de outra monta: psicológica, na maior parte das vezes, ou, pior, formalista) que cabe ao registro conceitual das ciências sociais dissolver.

Jóias de família e Cidade de Deus

É o paralelo com tal sociologia da modernidade brasileira, fruto da “evolução” conjectural descrita acima, que queremos traçar ao ler a literatura produzida no Brasil e,

de modo mais detido, a literatura brasileira contemporânea, num recorte que recua aos anos 1990. Os romances eleitos para o estudo focal guardam em si – concentrados – as preocupações que norteiam tanto a obra de Zulmira Ribeiro Tavares quanto a de Paulo Lins.

***Jóias de família* (1990)**

Guardando nítidas preocupações sociais, Zulmira Ribeiro Tavares constrói um retrato da burguesia paulista em *Jóias de família*. O romance (pelo tamanho, mais para novela) pode ser visto como um complemento ou continuação do premiado *O nome do bispo*, de 1985 (Cf. TAVARES, 2004 [1985]). Em ambos, personagens reflexivos e com posses são apresentados por narradores que serão a chave do desvendamento formal das empreitadas. Isso por conta da ambiguidade fundamental que guardam: de aparência neutra – conferida pela maestria de uma linguagem lapidada e precisa, pouco dada a expansões – ostentam sutil mas ferina ironia (entrevista em construção muitas vezes elíptica), com a qual devem desnudar (no pior sentido) o quadro patético oferecido pelos protagonistas. É que estão metidos na consciência tanto de Maria Braúlia (*Jóias...*) quanto de Euládio (*O nome...*). São, portanto, à velha moda, oniscientes. Mas não, claro, de uma onisciência totalizadora e grandiosa como na grande narrativa do século XIX (hoje tal traço passaria no mínimo por ingênuo): estão restritos à estreiteza da vida dos protagonistas. Tal característica desenha o revestimento psicológico das intrigas: não há (quase) linha que transcenda os universos psíquicos de Braúlia e Euládio, quando a eles, como na maior parte das histórias, estão coladas. Não obstante, pela organização que os narradores conferem a esses universos, fica traçado a imagem de uma maturidade (no caso de Braúlia, velhice) por demais auto-apegada, algo paranoica¹².

O leitor sabe que a operação de segurança de um rubi herdado por Braúlia é apenas *um* dos inúmeros meandros de dissimulação da personagem sozinha que empreende uma verdadeira luta surda para manter os bens seguros daquilo que a ela soa como ameaça. O rubi guardado no cofre é falso, sendo o verdadeiro escondido no

¹² “Ainda cedo Maria Braúlia se retira para o quarto. Sente-se particularmente descansada e alerta mas os fracos ruídos de vozes e risos que se filtram pela porta da cozinha a irritam. Vai ao banheiro e abre o armário de medicamentos preso na parede. Com a agilidade de quem está acostumado a realizar a tarefa destaca dois pinos da parte inferior de uma das prateleiras e em seguida puxa-a de leve. As prateleiras e o fundo do armário deslocam-se em conjunto e revelam uma outra porta (...). Agora é só puxar pela maçaneta colocada no centro da placa circular e a porta, muito grossa, de seis centímetros de espessura, abre-se silenciosamente. Dentro há uma caixa de metal com papéis, e dois escrínios. Retira o anel do dedo, coloca-o na pequena caixa que ficara em cima da pia e pronto” (TAVARES, 2007 [1990], p. 39-40).

próprio quarto da viúva do juiz Munhoz¹³, que ela muda regularmente de lugar (TAVARES, 2007 [1990], p. 42). A estratégia, replicada com os demais bens, visa tanto o único sobrinho que restou, considerado, com certa razão, interesseiro, quanto a empregada negra (Maria Firmina, vulgo “Maria Preta”). O grande contributo dessa pequena obra literária ao entendimento da dinâmica brasileira de classes em finais do século XX provém justamente da complexidade da relação patroa-empregada. Não sendo de explicação fácil, por conta da ambiguidade afetiva intensa gestada por quem conviveu intimamente por décadas a fio, não deixa de ser reveladora no que tange à reprodução social da dominação¹⁴.

A cumplicidade conquistada poderia ser de duas velhas companheiras, mas não é. Ainda que velhas e companheiras, o são sob o signo da mais completa diferença. Diferença que explica a paranoia e dissimulação de Braúlia, mas também a ambiguidade fundamental com que Firmina encara sua posição de empregada. Esse traço se delinea com precisão para o leitor quando a personagem recebe a afilhada Benedita – jovem que vem de Santos com o intuito de sondar um cursinho pré-vestibular. Enquanto Benedita tem dificuldades para entender a submissão a seus olhos cega da madrinha em relação à patroa, Firmina *ostenta* sobre a afilhada uma ascendência nobre da casa em que trabalha e que, portanto, também julga como *sua*¹⁵.

A adesão de Maria Firmina aos valores da patroa, tal adesão, que, sabemos, sendo geracional e historicamente circunscrita não alcança de maneira plena os novos horizontes de que são prova Benedita, acaba por perder efetividade quanto à reprodução

¹³ O juiz Munhoz, burocrata pequeno-burguês, faz “ótimo” casamento com Maria Braúlia, de família rica tradicional...

¹⁴ Vejamos: a aproximação entre Braúlia e Firmina é responsável por produzir um dos momentos líricos altos do romance: “— Oh! Depois de tanto tempo! Com o seu lindo rubi de Tanajura no dedo dona Brau? — Que é isso Preta? Quantas vezes já não lhe falei? Rat-na-pura! Do Sri Lanka, do Ceilão. Tanajuras são formigas. Ahn, ahn – Maria Braúlia ri com doçura e tolerância, muito divertida, balançando a cabeça de lá para cá. Ahn, ahn, ahn.

— Ahn, ahn, ahn – se ri também Maria Preta balançando igualmente a cabeça de lá para cá. Como se o engano não fosse seu mas das duas, uma terceira misteriosa entidade pela qual as duas zelassem juntas, que lhes fosse preciosa por igual, e da qual falassem com igual complacência. Estão com os rostos próximos, ambas com o olhar preso no anel de Maria Braúlia – atadas pelo pescoço por duas coleiras iguais, elos, cadeias de lembranças rolando para o passado e as deixando ali agarradinhas naquele doce cacarejo, repetidoras” (TAVARES, 1990, p. 36).

¹⁵ “— Mas que velhinha mais safada, mais nojenta essa dona Brau heim? Enrugada, seca e pintada daquele jeito parece um mico de circo! E como empina o esqueleto quando fala! (...) Nojenta! Pensa que é o quê? (...) Ah, ah, madrinha. Preta pra cá, Preta pra lá. Não sei como você aguenta.

— Não tem nada de aguentar (...). Você tem mesmo muito ainda que aprender comigo. Tem muita coisa que você não sabe do mundo (...). Nossa, se eu fosse explicar tudo que sei, nem dez anos bastavam, nem minha vida inteira. E essas coisas de modos, de educação que eu quero passar para você, essas coisas então! (...) Tudo isso são também joias de família esses ensinamentos. A gente herda, vem da mãe e do pai para os filhos” (TAVARES, 2007 [1990], p. 64-69). É notável a aproximação dos entrecchos de *Jóias de família* e *Que horas ela volta?*, longa-metragem de 2015, escrito e dirigido por Anna Muylaert.

social da dominação. A pose de Braúlia que Firmina, não sem um travo ambíguo, aprendeu a admirar como exemplo de educação e elegância é parte, com efeito, da mesma constelação valorativa que a empregada deve se deparar ao limpar os livros do falecido juiz Munhoz, “que cobriam literalmente as paredes do escritório protegidos por finas portas envidraçadas” (TAVARES, 2007 [1990], p. 32). O romance não trata do assunto, posto que por demais preso à elaboração emocional da decadência – a sua melhor contribuição –, mas sabemos que caberá à Benedita a contestação continuada da hierarquia que submeteu sua madrinha. Tal contestação deve vir com ou sem a força adicional de instituições e carreiras (a universidade, o trabalho público ou privado médio etc. etc.) mais ou menos resilientes à recepção de indivíduos com carga cultural e social diversa.

Cidade de Deus (1997)

Uma reação objetiva, como de Benedita, mas agora na vida real, é expressa por Paulo Lins, escritor carioca negro que logrou, após estudo universitário sistemático, lançar seu primeiro romance naquela que é a mais prestigiada editora brasileira (Companhia das Letras). O feito, no qual contribuiu, como o autor e a editora reconhecem, a influência decisiva de Alba Zaluar (antiga orientadora de pesquisa acadêmica da qual Lins era assistente e com quem o autor trabalhou por oito anos) e também Roberto Schwarz, lançou o romancista num espaço editorial e cultural (o próprio *mainstream* literário) que contava e conta ainda hoje com pouquíssimos atores advindos da periferia negra brasileira.

Essa notável inserção não foi feita por Lins sem divergência formal, como talvez exemplifique da maneira mais contundente a informação pouquíssimo comum (para não dizer inédita) que todas as edições de *Cidade de Deus* trazem na folha de rosto: “*Indicação* editorial: Alba Zaluar e Roberto Schwarz” (LINS, 2002 [1997]; grifo nosso). Ora, não se trata mais, malgrado a preocupação social que a ambos caracteriza, de uma escritora, como no caso de Zulmira Ribeiro Tavares, das frações intelectuais da pequena burguesia brasileira, correspondentes à diferenciação social e de ocupação das metrópoles modernas – isto, é, de típica família de classe média com estoques de capital cultural ou científico superiores ao de capital econômico, ou, na definição sincera de Bourdieu, a fração dominada das classes dominantes –, trata-se, antes, de um escritor ligado à cultura popular¹⁶ e às classes trabalhadoras. Se para o intelectual trabalhador as

¹⁶ Ver, por exemplo, a preocupação central de seu último romance *Desde que o samba é samba* (2012).

razões inimigas da elite econômica e política devem também ser enfrentadas, o meio de elaboração, no caso de *Cidade de Deus*, tenderá a uma sorte de “heterodoxia” que é, ao mesmo tempo, criativa, inovadora e problemática. Enquanto Tavares mimetiza com desenvoltura a consciência paranoica de figurões, sentindo-se aí muito confortável, Lins inverte os papéis da intriga tal como aparece em *Joias de família*, passando a consciência explorada a ponto de vista principal.

Essa mudança da estrutura temática é acompanhada, naquela que consideramos a maior contribuição de Lins, de uma *estética necrológica*, como já notado por vários críticos (Cf., a título de exemplo, FARINACCIO, 2004, p. 182-187 e SCHWARZ, 1999). No amontoado gradativo e insuportável de corpos seviciados, o leitor de classe média (como não poderia deixar de ser, numericamente superior aos pares orgânicos do autor) tem quebrada a assepsia do distanciamento televisivo dos noticiários policiais que nada acrescentam a não ser a seus anunciantes. Deve, se a leitura não lhe for impossível, convulsionar, sangrar e agonizar a cada página virada. O efeito é conseguido graças a uma técnica rápida e afiada, tão precoce e breve quanto as vidas que se dispõe a relatar.

No entanto, esse lance de repetição insuportável que constitui a grandeza do livro, igualmente responde por sua limitação. É que são raros os momentos de elaboração narrativa das tramas apresentadas. Se, por um lado, esse *tempo curto* é um achado formal, por outro fornece a imagem pobre da pobreza e não honra, portanto, a complexidade emocional e existencial das personagens elencadas. Fica-se com a impressão, durante a leitura desse longo romance, de uma incapacidade crônica de pensamento e elaboração.

O trabalho de dominação social brasileiro não se reduz ao aparato policial, à violência física e à miséria extrema, tem nuances centrais para sua compreensão que, no entanto, Lins prefere ignorar frente à compulsão instintiva a que reduz as personagens. Seria, claro, injusto, dizer que *Cidade de Deus* seja só isso. Mas igualmente injusto é dizer que, finda a leitura, os momentos de maior densidade na caracterização psíquica e conjuntural mantêm-se com algum relevo. Essa abordagem – que não deixa de ser radical –, é também regressista, posto que os momentos de maior voltagem lírica encontram-se no início do livro e são progressivamente abandonados quando a esperança do novo conjunto habitacional dá lugar à favela superpopulosa e, com ela, uma sucessão *apenas descritiva* de mortes e rixas.

Caberia indagar o que provocou no autor a imagem de desenvolvimento negativo que encampa. Certamente verossímil, tal imagem não pode, entretanto,

responder de maneira eficiente à guerra surda da luta de classes cotidiana da qual os jorros de sangue não dão conta; ao contrário, apenas mistificam. Por outro ângulo, a falta de fôlego de Lins quanto à caracterização mais elaborada também é prova ela mesma de que não estamos de frente a uma mestra escolada na elaboração psicológica e linguística como Zulmira Ribeiro Tavares e sua lapidação plena de elipses sugestivas e densidade exemplar. O direcionamento, aqui, é seco e documental; o que não quer dizer que possamos atribuir tal característica à literatura de autoria periférica como um todo (Marcus Vinícius Faustini e seu *Guia afetivo da periferia* (2009) são uma prova contundente, por exemplo, da prosa que escapa ao documentalismo e didatismo [Cf. DELGADO, 2013]). De todo modo, o contraste entre as obras, mesmo não podendo ser generalizado, procede, sim, é claro, de trajetórias sociais opostas.

Referências

BOSI, Alfredo. “Um testemunho do presente”. In: MOTA, Carlos Guilherme, *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: 34, 2014 (1977), p. 35-50.

DELGADO, Gabriel Estides. “Marcus Vinícius Faustini e a produção literária da biografia”. In: *Criação & Crítica*, São Paulo, USP, n. 11, 2013, p. 36-47.

FARINACCIO, Pascoal. *A questão da representação e o romance brasileiro contemporâneo*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

FAUSTINI, Marcus Vinícius. *Guia afetivo da periferia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001 (1958/1973).

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008a (1964).

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2. São Paulo: Globo, 2008b (1964).

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992 (1968).

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1997).

_____. *Desde que o samba é samba*. São Paulo: Planeta, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: 34, 2014 (1975).

SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. 3 vol.

SCHWARZ, Roberto. “*Cidade de Deus*”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 163-171.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. “Os poderosos no justo lugar”. *Opinião* (semanário), Rio de Janeiro, 8 de agosto, 1975, p. 20.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*. Brasília: UnB, 2000.

_____. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2003.

_____. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: LeYa, 2015.

TAVARES, Zulmira Ribeiro. *O nome do bispo*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 (1985).

_____. *Jóias de família*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1990).